-	ATA	DA	REUNIÃO	<b>DE 30</b>	DE JUNHO	2021	(N.º	14/2021)
							(	,

Ao trigésimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, nesta vila de Figueiró dos Vinhos,
realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal, sob a Presidência do Presidente Jorge Manuel
Fernandes de Abreu, estando presentes os Senhores Vereadores Eng.º Luís Filipe Antunes da Silva; Dr.ª
Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes, Amândio Manuel Ideias Mendes e Eng.º Manuel da Conceição
Paiva.
Hora de Abertura: dez horas.
Verificando-se quórum, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, estando presente o Chefe de
Divisão Administrativa e Financeira Dr. Vítor Alexandre Pimentel Duarte, procedendo-se de seguida à
discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as deliberações que se
seguem, após dar cumprimento ao período de antes da Ordem do Dia.
1. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, cumprimentou todos os presentes, tendo enaltecido
a forma digna como foi assinalado o Dia do Concelho – 24 de junho, com as limitações que são do
conhecimento de todos e o cumprimento das restrições, no Hastear da Bandeira, na Sessão Solene da
Assembleia Municipal e no descerrar das placas, uma alusiva às obras de beneficiação do Edifício dos Paços
do Concelho e outra da cerimónia de lançamento da 1.ª pedra da Escola Profissional Agostinho Roseta, com
a presença da Sr.ª Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho
O Sr. Vereador Eng.º Filipe, apresentou três documentos que leu e se transcrevem na íntegra:
"Período crítico de fogos florestais/rurais.
Estamos em período crítico de fogos florestais/rurais.
Em 2017 todos afirmaram que as consequências que resultaram dos incêndios de junho não poderiam voltar
a repetir-se
Ora o relatório divulgado, recentemente, pelo Observatório Técnico Independente criado pela Assembleia da
República para avaliar o esforço do país no combate aos incêndios florestais diz que o ano de 2017 pode
voltar a repetir-se

FL	

O Observatório destaca que as variáveis que determinaram os fatídicos incêndios de junho desse ano,
"permanecem sem alterações estruturais", enumerando que há trabalho a fazer no plano do "ordenamento,
gestão florestal, recuperação de áreas ardidas e mitigação do risco desadequados"
Para esta entidade "o País não se deve sentir satisfeito pelo quanto já foi feito, mas antes se concentre, com
considerável e avisada humildade, no muito que está ainda por fazer".
O estado da nossa floresta segundo a opinião de especialistas publicadas recentemente e população que vive
nos espaços rurais, mantém-se ao mesmo nível ou está pior que em 2017.
Neste sentido, e perante este cenário que se revela preocupante, importa questionar o Senhor Presidente da
Câmara, responsável máximo da proteção civil municipal:
<ol> <li>No que ao Município de Figueiró dos Vinhos diz respeito o Planeamento foi devidamente mitigado, agilizado e implementado?</li> </ol>
2) As determinações legais em matéria de Defesa da Floresta Contra Incêndios, foram assumidas e
estão salvaguardadas as medidas de proteção de pessoas e bens?
3) As determinações legais em termos de proteção civil com incidência direta sobre o Município foram
acolhidas e implementadas no terreno?
4) Foram realizadas ações de informação e sensibilização junto da população? Quais? Quando? Onde?
5) Foram produzidos e distribuídos folhetos informativos quanto a alertas, regras e boa conduta em caso de incêndio à população?
6) O Projeto Aldeia Segura ainda vigora no nosso concelho? Foi treinado e agilizado?
7) Quanto às Faixas de Gestão de Combustíveis em redor dos aglomerados populacionais/urbanos, foi cumprida ou feita cumprir a Lei?
8) O Serviço Municipal de Proteção Civil encontra-se organizado e apetrechado com os meios e recursos necessários?
Entendemos que o planeamento e operacionalização em matéria de prevenção e defesa da floresta contra
incêndios serão eficazes com uma visão inclusiva de todos os agentes de proteção civil e numa conjugação
de esforços entre as várias entidades envolvidas. Um Verão quente e seco pode levar à previsão de uma
época de incêndios complicada até porque a nossa floresta continua a ser combustível altamente inflamável.
É preciso enfrentar as adversidades. Não ficar de braços cruzados para que não tenhamos de nos lamentar no
futuro.

Figueiró dos Vinhos, 30 de junho de 2021	
, 3	

O Vereador

Luís Filipe Silva"

# "PROTESTO – Violação do Estatuto do Direito de Oposição

Nos termos do anexo 1 da <b>lei 75/2013</b> de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal: "Dar cumprimento
ao Estatuto do Direito de Oposição;". É definido na mesma lei, na alínea u) do número 1 do artigo 35º que
compete ao presidente da câmara municipal "promover o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição".
O estatuto do Direito de Oposição consta da Lei n.º 24/98, de 26/5, e baseia-se no princípio constitucional do
direito de oposição democrática, constante do artigo 114 º da Constituição da República Portuguesa.
De acordo com os nºs 2 e 3 do artigo 114º da Constituição é reconhecido às minorias o direito de oposição
democrática, nos termos da Constituição e da Lei.
São também titulares deste direito os partidos políticos que embora representados nas câmaras municipais,
verifiquem que os seus eleitos não assumem pelouros, poderes delegados ou outras formas de
responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas.
A oposição política é uma das componentes fundamentais de qualquer democracia. Em democracia o
confronto de ideias legitima o direito de fazer oposição e de contestar eleitoralmente o poder instituído. Em
democracia o poder delegado através do voto não é eterno e, por conseguinte, os governantes de hoje
poderão ser a oposição de amanhã, e convidaria a alguma prudência.
Os titulares do direito de oposição têm o direito de ser informados regular e diretamente pelos
correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público
relacionados com a sua atividade.
Ora não foi isso que aconteceu no passado dia 23 de junho com a Violação do direito de informação
constante do art.º 4º da Lei nº 94/98 de 26 de maio com a visita do Secretário de Estado da Conservação da
Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território ao nosso concelho para a qual não fomos
informados.
Foi ainda violado o direito de participação constante no art.º 6º da Lei nº 94/98 de 26 de maio
Como foi violada a alínea u) do número 1, do artigo 35º da lei 75/2013 de 12 de setembro. O Presidente da
Câmara não promoveu o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição e a publicação do respetivo
relatório de avaliação.
Lembramos também que, ultrapassado o prazo legal, ainda não tivemos resposta ao requerimento que

FL	

apresentámos na reunião de câmara 16 de junho de 2021 o que viola a Lei 26/2016 de 22 de agosto,
nomeadamente o nº 1, do art.º 15, ou seja: Não envio em tempo útil de informação solicitada; e
Incumprimento no envio e disponibilização de informação.
Não vale a pena fazer relatórios bonitos cheios de palavras vazias para fingir que se cumpre o Estatuto do
Direito de Oposição quando na verdade a prática é precisamente a contrária.
Deixamos aqui expresso casos concretos que violam o Estatuto do Direito de Oposição, ao mesmo tempo
que expressamos o nosso veemente protesto por estes atropelos à lei, que não deixaremos de fazer constar em
Relatório futuro.
Sejamos claros! A ainda maioria do executivo municipal de Figueiró dos Vinhos não cumpre reiteradamente
e não respeita reiteradamente a oposição o que evidencia uma prática continuada de exercício de poder
absoluto em tudo não compaginável com o Estatuto da Oposição - verificável noutros domínios da ação
política quotidiana no concelho e potenciadora de gerar um sentimento de impunidade do quero, posso e
mando em vigor neste município que não podemos aceitar.
Deixamos, pois, aqui e mais uma vez a nossa indignação e o nosso protesto por uma prática reiterada deste
executivo que não cumpre com os mais básicos valores democráticos ao mesmo tempo que afirmamos que
não deixaremos de fazer prevalecer, nos termos legais e nas sedes próprias, o direito à informação e ao
cumprimento da legislação em vigor a que temos direito.
Figueiró dos Vinhos, 30 de junho de 2021
O Vereador
Luís Filipe Silva"
"REQUERIMENTO
N° 4- CM. LFS/2021
IV 4 CIVILIE DI BUDI
Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos
Luís Filipe Antunes da Silva, Vereador na Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, vem na qualidade de
V 1

Luís Filipe Antunes da Silva, Vereador na Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, vem na qualidade de Vereador e nos termos da alínea u) do nº 1 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e ao abrigo do disposto no art.º 4º do Decreto-Lei nº 24/98 de 26 de Maio, bem como ao abrigo da alínea d) do nº 4 do artº. 14.º do Regimento da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, e do Código do Procedimento Administrativo requerer a V. Ex.ª: que nos sejam fornecidos, por escrito, de forma clara e objetiva,

TI	
PI.	

ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JUNHO 2021 (N.º 14/2021)	
--	--

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JUNHO 2021 (N.º 14/2021)	
--	--

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Marta Brás, em resposta à questão colocada no requerimento do Vereador Filipe
Silva informou de imediato que foi através da sua pessoa que o Deputado Municipal e porta voz da bancada
do Partido Socialista na Assembleia Municipal, Dr. Fernando Manata teve conhecimento do texto da
declaração de voto apresentada pelo Vereador Filipe Silva em reunião de Câmara, relativa à prestação de
contas de 2020. Referiu não saber como é que o PSD trabalha, mas que em relação ao Partido Socialista, e
isto porque, além de ser vereadora eleita pelo PS é também presidente da Concelhia de Figueiró dos Vinhos,
reúnem para debaterem e trabalharem em conjunto os temas de interesse para o Concelho, mas quanto a isso
cada um deve gerir a sua casa como entender.
No caso os deputados municipais do Partido Socialista reúnem com os vereadores para preparação das
reuniões da Assembleia Municipal, reunião preparatória essa onde o Deputado Municipal deu conhecimento
da convocatória para a sessão da Assembleia Municipal onde era referido a aprovação das contas de 2020
por maioria, ao que foi esclarecido pela sua pessoa que tinha havido um voto contra do vereador do PSD,
dando a conhecer a minuta da ata da reunião da Câmara com a transcrição, na íntegra, da declaração de voto
do Vereador do PSD, Filipe Silva.
Relembrou que as atas são aprovadas em minuta pelo que não percebe o que preocupa o Vereador Filipe
Silva quando diz que a ata não está aprovada nem está publicitada em lado nenhum. Será que quer proceder a
alguma alteração na declaração de voto que apresentou? Ou está com algum problema em divulgar o seu
conteúdo e incomoda-o o facto de a mesma ser utilizada para fazer trabalho político?
O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, da explicação dada pela Sr.ª Vereadora ou da líder do Partido Socialista,
parece que se confunde o Partido Socialista com a Câmara Municipal, referiu que estão a tratar de assuntos
que dizem respeito à Câmara Municipal
O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, disse que é a opinião do Sr. Vereador, não é a sua.
O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, referiu que já lhe disse diversas vezes que quando está a falar manifesta
a sua opinião, o Sr. Presidente no uso da palavra também manifesta a sua opinião. Deixou o seu
contraditório, referindo que apresentou o seu requerimento por escrito, também quer que o mesmo seja
respondido por escrito

FL	

- ATA DA REUNIÃO DE 30 DE JUNHO 2021 (N.º 14/2021)	
--	--

FL	

	ATA	DA	REUNIÃO	<b>DE 30</b>	DE JUNHO	2021	(N.º	14/2021)	
--	-----	----	---------	--------------	----------	------	------	----------	--

2. ADROVAÇÃO DAS ATAS DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16/06/2021, E DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22/06/2021
Dispensando-se a leitura das atas, dado que o respetivo texto foi previamente enviado aos Senhores
Vereadores, a ata n.º 12/2021 de 16/06/2021 e a ata n.º 13/2021 de 16/06/2021, foram aprovadas por
unanimidade e consideradas conforme com as Minutas previamente elaboradas no final das ditas reuniões

TT	

## 3. BALANCETE, DAGAMENTOS E DESDACHOS EXARADOS ENTRE DATAS

# **OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS**

O Senhor Presidente informou a Câmara Municipal todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre o dia dezasseis de junho de dois mil e vinte e um e o dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e um, respeitantes a <u>despesas orçamentais</u> na importância global de 501.416,81€ (quinhentos e um mil quatrocentos e dezasseis euros e oitenta e um cêntimos). Informa-se ainda das Ordens de Pagamento de Operações Orçamentais emitidas no mesmo período, registadas sob os números 1425/2021 (mil quatrocentos e vinte e cinco barra dois mil e vinte e um) a 1573/2021(mil quinhentos e setenta e três barra dois mil e vinte e um), respeitantes a despesas orçamentais, na importância de 207.204,88 € (duzentos e sete mil duzentos e quatro euros e oitenta e oito cêntimos).

# **OPERAÇÕES TESOURARIA**

O Senhor Presidente informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre o dia dezasseis de junho de dois mil e vinte e um e o dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e um, respeitantes a despesas de operações de tesouraria na importância global de 4.219,83€ (quatro mil duzentos e dezanove euros e oitenta e três cêntimos). Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria emitidas no mesmo período, registadas sob os números 62/2021 (sessenta e dois barra dois mil e vinte e um) a 65/2021 (sessenta e cinco barra dois mil e vinte e um), respeitantes a despesas de operações de tesouraria, na importância de 1.813,35€ (mil oitocentos e treze euros e trinta e cinco cêntimos).

O Senhor Presidente, deu conhecimento dos saldos constantes do resumo diário de tesouraria relativos ao dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e um, conforme mapa anexo, os quais representam, em operações orçamentais 371.027,81€ (trezentos e setenta e um mil vinte e sete euros e oitenta e um cêntimos)

#### **OUTROS**

ou faturas de empreitadas ou fornecimentos de serviços no período entre 14.06.2021 a 25.06.2021.

	FL _	
		_
		_

O Sr. Vereador Amândio Ideias, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que
foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão.
O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que
foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão.
Totalii Tottos u 142 da Tegistação Vigente e oceacecido a enteños de Tigor e oca gestão.

FL _	
------	--


1.	<b>PRESID</b>	FNTF		ÂMADA	
40	PRESID		J/48 1 //		

- 4.1 RATIFICAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:
- 4.1.1 DESPACHO PROFERIDO PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL JORGE ABREU, DATADO DE 15/06/2021: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente Jorge Abreu, relativo ao pedido de cedência de Viatura de 23 lugares para uma deslocação à Guia para a Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos, correspondendo o apoio no valor total de 113,78€ (cento e treze euros e setenta e oito cêntimos).

## 4.1.2 PODIUM EVENTS S.A. – PEDIDO DE PARECER 28.º VOLTA A PORTUGAL DO FUTURO

**2021**: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente datado de 29/06/2021, relativo ao parecer favorável para a prova referenciada em epígrafe, a realizar de 08 a 11 de julho de 2021.

4.2 DOAÇÃO DE BENS MATERIAIS – PRODUTOS DE APOIO (BALCÃO DE INCLUSÃO) – ANTÓNIO MANUEL COIMBRA, UNIPESSOAL, LDA. (PARA CONHECIMENTO): Presente a seguinte Informação Interna n.º 2341/2021, emitida pelo Setor de Ação Social:

### Informação Interna n.º 2341/2021:

"No seguimento do Protocolo de Cooperação entre o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) e a Câmara Municipal, no âmbito do Balcão de Inclusão, vimos pelo presente informar que o Sr. António Manuel Coimbra, Unipessoal, Lda., residente em Chavelho – Figueiró dos Vinhos, doou ao município de Figueiró dos Vinhos os seguintes materiais:

É de salientar que estes materiais (Produtos de Apoio) destinam-se a pessoas com deficiência/ incapacidade, residentes no concelho de Figueiró dos Vinhos, de forma a garantir os direitos e deveres cívicos a qualquer

TI	
PI.	

cidadão num Estado de Direito, sendo o Gabinete de Ação Social e o CLDS 4G a coordenar a entrega dos
materiais supracitados.
Dado o exposto, colocamos à consideração superior a decisão face a este processo"
O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, em relação a este assunto que vem à Reunião de
Câmara para conhecimento, propôs aos Srs. Vereadores que fosse endereçado um agradecimento e
reconhecimento público ao Sr. António Manuel Coimbra, dado já ter feito várias doações a diversos níveis
O Vereador Eng.º Filipe Silva, pediu a palavra para agradecer e enaltecer o gesto que o Senhor António
Manuel Coimbra teve para com o município, ao oferecer este equipamento, sendo este um gesto altruísta e
solidário que todos devemos reconhecer. Terá naturalmente, este gesto como propósito, servir a população,
designadamente a mais vulnerável e carenciada social e economicamente.
Gostaria de reforçar este agradecimento, recordando que não se trata de um ato isolado, porquanto, no
passado, o Sr. António Manuel Coimbra já contribuiu para outras instituições de cariz social do concelho e
permitam-me que referencie, aqui e em particular uma dessas instituições que conheço muito bem, A
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, que foi no passado, sob a sua
presidência igualmente, contemplada com tão elevado gesto abnegado e solidário. Acrescentou, que foi por
sua pessoa, que propôs e por conseguinte, foi aprovado por unanimidade nos órgãos daquela instituição a
atribuição do título de Sócio Benemérito da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró
dos Vinhos. Por tudo isto, estamos uma vez mais agradecidos e na qualidade de Vereador do Partido Social
Democrata queria testemunhar e expressar o seu agradecimento e reconhecimento público ao Senhor
António Manuel Coimbra por este gesto de elevada nobreza.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Marta Brás, relembrou que, a vários níveis, a várias entidades e em vários momentos, o apoio que tem sido dado pelo Sr. António Coimbra, nomeadamente à Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos e à Comissão de Melhoramentos da freguesia de Aguda, tem sido notável. Infelizmente têm sido vários os momentos difíceis que já atravessámos no concelho e nesses momentos a preciosa ajuda do Sr. António Coimbra foi uma realidade, referindo como exemplo os fogos de 2017 e, mais recentemente, aquando da instalação das ZCAP's – Zonas de Concentração e Apoio à População, nos dois pavilhões gimnodesportivos no âmbito da pandemia COVID-19, na cedência de camas e colchões. Nos momentos mais difíceis a sua colaboração foi imediata, quem lhe bater à porta ele só não fará o que não pode, tendo sido sempre uma grande ajuda, garantindo um apoio extraordinário. No caso que hoje

foi apreciado e ao nível das Ajudas Técnicas, foi implementado um Centro de Ajudas Técnicas em parceria
com o CLDS onde tem sido possível ajudar as pessoas devido à cedência de andarilhos, cadeiras de rodas e
camas articuladas. O Sr. António Coimbra esteve sempre na linha da frente, associando-se ao reconhecido
agradecimento público que deve ser transmitido.
Depois destas considerações <b>a Câmara Municipal</b> tomou conhecimento da doação efetuada, deliberando
por unanimidade transmitir ao Sr. António Manuel Coimbra, Unipessoal, Lda, o agradecimento e
reconhecimento público pelo gesto de elevada nobreza.
Teconnecimento publico pero gesto de elevada nobreza:
4.3 DECISÃO DE CANDIDATURA À LINHA DE FINANCIAMENTO BEI – PT 2020
AUTARQUIAS – CANDIDATURA CENTRO2020 – "PERCURSO NA AV. HERÓIS DO
ULTRAMAR E DR. FERNANDO LACERDA" – CENTRO-06-1406-FEDER-000059 – PROPOSTA
<b>DE DELIBERAÇÃO N.º 93/2021:</b> Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º
93/2021, emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu:
Proposta de Deliberação n.º 93/2021:
"Considerando que:
"Considerando que: No âmbito do Portugal 2020 foi disponibilizada a <i>Linha BEI PT 2020   Autarquias - Contrapartida Nacional</i>
"Considerando que:
"Considerando que:
"Considerando que:
"Considerando que:
"Considerando que: No âmbito do Portugal 2020 foi disponibilizada a Linha BEI PT 2020   Autarquias - Contrapartida Nacional de Projetos Portugal 2020, que visa financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento autárquico aprovados pelo Portugal 2020, cuja finalidade se destina a conceder financiamento às Autarquias no que se refere à parte não comparticipada do investimento  Decorre das regras da Linha BEI PT 2020   Autarquias, a definição de um plano normalizado de reembolso do financiamento até 15 anos no total (2 de carência + 13 de amortização) sendo aplicada uma Taxa de juro
"Considerando que:
"Considerando que:
"Considerando que:No âmbito do Portugal 2020 foi disponibilizada a <i>Linha BEI PT 2020   Autarquias - Contrapartida Nacional de Projetos Portugal 2020</i> , que visa financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento autárquico aprovados pelo Portugal 2020, cuja finalidade se destina a conceder financiamento às Autarquias no que se refere à parte não comparticipada do investimento
"Considerando que:No âmbito do Portugal 2020 foi disponibilizada a <i>Linha BEI PT 2020   Autarquias - Contrapartida Nacional de Projetos Portugal 2020</i> , que visa financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento autárquico aprovados pelo Portugal 2020, cuja finalidade se destina a conceder financiamento às Autarquias no que se refere à parte não comparticipada do investimento
"Considerando que:No âmbito do Portugal 2020 foi disponibilizada a <i>Linha BEI PT 2020   Autarquias - Contrapartida Nacional de Projetos Portugal 2020</i> , que visa financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento autárquico aprovados pelo Portugal 2020, cuja finalidade se destina a conceder financiamento às Autarquias no que se refere à parte não comparticipada do investimento
"Considerando que:No âmbito do Portugal 2020 foi disponibilizada a <i>Linha BEI PT 2020   Autarquias - Contrapartida Nacional de Projetos Portugal 2020</i> , que visa financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento autárquico aprovados pelo Portugal 2020, cuja finalidade se destina a conceder financiamento às Autarquias no que se refere à parte não comparticipada do investimento

TI	
PI.	

execução nos prazos estabelecidos contratualmente, e dado o impacto residual dos juros este mecanismo
permite às autarquias prosseguir a política de investimento público.
A candidatura à Linha BEI PT 2020   Autarquias - Contrapartida Nacional de Projetos Portugal 2020 da
operação "Percurso na Av. Heróis do Ultramar e Dr. Fernando Lacerda" - CENTRO-06-1406-FEDER-
000059, face ao Termo de Aceitação em vigor e às regras de cálculo do montante a financiar pelo BEI, é
passível de candidatura a um montante de financiamento de 193.909,57 euros, indexado ao plano
normalizado de reembolso do financiamento de 15 anos no total (2 de carência + 13 de amortização) e aos
quais está associado um valor previsível de juros de 3.534,67 euros.
Nestes termos,
PROPONHO que a Câmara Municipal, pelos motivos acima expostos delibere pela aprovação da
candidatura "Linha BEI PT 2020   Autarquias - Contrapartida Nacional de Projetos Portugal 2020 -
"Percurso na Av. Heróis do Ultramar e Dr. Fernando Lacerda" - CENTRO-06-1406-FEDER-000059 pelo
montante de 193.909,57 euros, e demais condições, designadamente o plano normalizado de reembolso do
financiamento de 15 anos no total (2 anos de carência + 13 anos de amortização), sendo desencadeados
subsequentemente os procedimentos legais, em caso de aprovação da operação".
O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, em relação a este assunto apresentou uma Declaração de Voto de que e
se transcreve na íntegra:
se transcreve na integra.
"Proposta de Deliberação n.º 93/2021
Decisão de candidatura à Linha de Financiamento BEI - PT 2020 Autarquias -
Candidatura CENTRO2020 - "Percurso na Av. Heróis do Ultramar e Dr. Fernando
Lacerda" – CENTRO-06-1406-FEDER-000059 – Proposta de Deliberação n.º 93/2021
Declaração de Voto
Vem a esta reunião de câmara, para aprovação, a proposta de deliberação nº 93/2021 que em síntese e na
prática se propõe que a Câmara Municipal contraia um empréstimo para pagar a parte não comparticipada no
valor de 193.909,57 euros do "Percurso na Av. Heróis do Ultramar e Dr. Fernando Lacerda" por um prazo de
15 anos (2 anos de carência + 13 anos de amortização).
É a sétima vez, se contarmos apenas os pedidos para obras, que o executivo PS apresenta uma proposta de
empréstimo a longo prazo, isto é, divida para outros pagarem.

Fê-lo com o empréstimo a 12 anos, no valor de 949.619,37€, para vários investimentos;
Fê-lo com o empréstimo a 15 anos, no valor de 43.055,51 euros, para a Rua Major Neutel de Abreu;
Fê-lo com o Acordo de regularização de dívida com as Águas Vale do Tejo, a 25 anos, no valor de
343.958,87€;
Fê-lo com a APIN, no valor de 15.078.971,00 euros por 15 anos;
Fê-lo com a Sonuma no valor de 343.488,31 euros, por 15 anos;
Tentou fazê-lo com o Vale da Pipa, no valor de 122.821,31€, a 15 anos que veio a ser chumbado pelo
tribunal de contas pelas razões que todos sabemos;
E propõe fazê-lo agora com o "Percurso na Av. Heróis do Ultramar e Dr. Fernando Lacerda", no valor de
193.909,57 euros, a 15 anos.
Só aqui nestes empréstimos veja-se o calote que o PS, com o apoio do seu aliado MFi, a poucos meses de
deixar os destinos do concelho, deixa para outros pagarem.
Sobre esta matéria dizemos o que sempre dissemos e que vale sempre a pena lembrar. O PS, em que se inclui
o Vereador Carlos Lopes tem um histórico nesta matéria. O Partido Socialista tomou no passado recente, na
Assembleia e na Câmara, posições contrárias a empréstimos com prazos longos. Na câmara e na Assembleia
Municipal, com executivos PSD, o PS sempre se manifestou, por diversas vezes, votando contra, os
empréstimos por prazos mais longos, argumentando que não se devia fazer divida para os vindouros
pagarem
Coerência nenhuma e piruetas de 360 graus são um fartote. O que era mau nos anteriores mandatos é agora
bom. Na altura os pagamentos dos empréstimos tinham de ser feitos por quem os contraiu, agora podem ser
adiados para as calendas gregas e outros que os paguem.
Como dissemos a coerência é zero, mas para o PS tem os seus méritos. Serve a propaganda para dizer que
fez obra; serve a inauguração com pompa e circunstância e serve a esperança de tentar ganhar algum
dividendo político com isso. Serve tudo isto, mas omite que é uma divida e um calote que deixa para as
gerações seguintes pagarem. Isto sim, é obra.
Ao contrário do PS e do Vereador ex-socialista Carlos Lopes a posição do PSD relativamente a esta matéria
é coerente, simples e clara. Reprovamos e distinguimo-nos claramente desta forma de ser e de estar. Não
faremos aquilo que fizeram no passado recente (incluindo Jorge Abreu e Carlos Lopes) por mero tacticismo
político prejudicando com isso o Município e os Figueiroenses. Reafirmamos o nosso apoio e aprovação à
obra, mas quanto ao seu financiamento consideramos que sendo este uma opção a considerar não seremos
nós a inviabilizar o financiamento, mas tem de ser o Partido Socialista e o MFi a assumir a sua própria
incoerência e a opção de continuar a deixar divida e um calote em herança que onera os mandatos e as
gerações futuras

FL	

A nossa maneira de ser e de estar na política é diferente. Primeiro Figueiró dos Vinhos. Primeiro as Pessoas.
Viabilizaremos, assim, com a nossa abstenção a proposta agora apresentada, mostrando com isso o quanto
nos distanciamos dos tacticismos políticos que tanto prejudicaram e continuam a prejudicar o nosso concelho
e os Figueiroenses.
Figueiró dos Vinhos, 30 de junho de 2021
O Vereador
Luís Filipe Silva"
O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, referiu que nunca deixarão de fazer obra, a grande
dinâmica de obras existente no concelho, mais uma vez se verifica que cria incomodo no Sr. Vereador Filipe
Silva.
Depois destas considerações, a Câmara Municipal deliberou por maioria quatro votos a favor dos Srs.
Vereadores do Partido Socialista, e do Sr. Vereador do Movimento Figueiró Independente e um Voto contra
do Sr. Vereador da Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, proceder em conformidade com
a Proposta de Deliberação n.º 93/2021, aprovando a candidatura "Linha BEI PT 2020   Autarquias -
Contrapartida Nacional de Projetos Portugal 2020 - "Percurso na Av. Heróis do Ultramar e Dr. Fernando
Lacerda" - CENTRO-06-1406-FEDER-000059 pelo montante de 193.909,57 euros (cento e noventa e três
mil novecentos e nove euros e cinquenta e sete cêntimos), e demais condições, designadamente o plano
normalizado de reembolso do financiamento de 15 anos no total (2 anos de carência + 13 anos de
amortização), sendo desencadeados subsequentemente os procedimentos legais, em caso de aprovação da
operação

			FL _	
_				_

5. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

FL	

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:
E não havendo mais assuntos a tratar nesta reunião, o Senhor Presidente declarou encerrada a mesma, eram
onze horas e zero minutos.
Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a
minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Sr. Presidente e por mim
, na qualidade de Secretário que a redigi, subscrevi e igualmente
assino, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
O CHEFE DE DIVISÃO DA D.A.F.

			FL
- ATA DA REUNI	ÃO DE 30 DE JUI	NHO 2021 (N.º 14/20	221)

			FL
- ATA DA REUNI	ÃO DE 30 DE JUI	NHO 2021 (N.º 14/20	221)